



Resumo Semanal

Ano 1 – Número 5 – 28/08 à 01/09/2017

Destaque da Semana

[PGR questiona dispositivos da reforma trabalhista que afetam gratuidade da justiça](#)

Supremo Tribunal Federal - 28/08/2017

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5766, com pedido de liminar, contra dispositivos da chamada reforma trabalhista, que, em seu entendimento, impõem “restrições inconstitucionais à garantia de gratuidade judiciária aos que comprovem insuficiência de recursos, na Justiça do Trabalho”. Segundo o procurador, as normas violam as garantias constitucionais de amplo acesso à jurisdição e a assistência judiciária integral aos necessitados.

De acordo com Janot, com propósito de desregulamentar as relações trabalhistas e o declarado objetivo de reduzir o número de demandas na justiça, a Lei 13.467/2017 inseriu 96 disposições na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), com “intensa” desregulamentação da proteção social do trabalho e redução de direitos materiais dos trabalhadores.

“Na contramão dos movimentos democráticos que consolidaram essas garantias de amplo e igualitário acesso à Justiça, as normas impugnadas inviabilizam ao trabalhador economicamente desfavorecido assumir os riscos naturais de demanda trabalhista e impõe-lhe pagamento de custas e despesas processuais de sucumbência com uso de crédito trabalhistas auferidos no processo, de natureza alimentar, em prejuízo do sustento próprio e do de sua família”, afirma o procurador-geral.

Para ler na íntegra [clique aqui](#).

[PGR questiona lei de RO que regulamenta profissão de bombeiro civil](#)

Supremo Tribunal Federal - 31/08/2017

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 5761, com pedido de liminar, contra a Lei 3.271/2013, do Estado de Rondônia, que regulamenta a profissão de bombeiro civil. De acordo com a ADI, a norma invade competência privativa da União para legislar sobre direito do trabalho, exercício de profissões e para organizar, manter e executar a inspeção do trabalho. Aponta, ainda, ofensa ao princípio da livre iniciativa, em razão de restrições impostas a empresas prestadoras de serviços de bombeiros civis e às escolas de formação desses profissionais.

[Mantida reparação a pais de servente assassinado em canteiro de obras](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 01/09/2017

Segundo a reclamação trabalhista, o servente foi assassinado com dois tiros, no pescoço e no tórax. Após uma discussão no refeitório por motivo banal, um colega saiu da empresa e retornou algumas horas depois armado, disparando três tiros. Como o crime ocorreu no local de trabalho, os pais alegaram que houve culpa da empresa, a quem incumbia a segurança dos empregados.

[JT rejeita recurso de trabalhador para que testemunha possa se retratar por declaração falsa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 31/08/2017

Em maio de 2013, o empregado teve mão e antebraço esmagados durante a montagem dos eixos da suspensão da carreta em que trabalhava. Durante a apuração da culpa da empresa pelo acidente, um colega disse que trabalhava no mesmo setor do ajudante, alegação refutada pela defesa da Facchini, que solicitou ao juiz a expedição de ofício à PF para abertura de inquérito policial.

[Ultimato para optar entre trabalho e família marca assédio moral de engenheiro no TO](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 30/08/2017

A empregadora foi condenada pela Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho a indenizar em R\$ 10 mil um engenheiro que foi coordenador de manutenção no centro de logística da empresa no estado de Tocantins. Além de perseguição constante e exigência de trabalho até altas horas da noite, o gerente regional da unidade chegou a fazer, em 2015, um ultimato ao coordenador: optar entre a família e o trabalho. Isso porque ele reclamou da jornada exaustiva, que não deixava tempo para estar com os familiares.

[Ministro João Oreste Dalazen anuncia que se aposentará em novembro](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/08/2017

O decano do Tribunal Superior do Trabalho, ministro João Oreste Dalazen (foto), comunicou ao presidente da Corte, ministro Ives Gandra Martins Filho, que se aposentará no dia 16 de novembro. Ele tem 37 anos de magistratura, e está no TST desde 1996.

[Eletricista que contraiu malária em Angola receberá indenização relativa a estabilidade no emprego](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 29/08/2017

O empregado contou que foi transferido para trabalhar em obra localizada em Águas de Benguela, no país africano, e foi acometido de malária com reincidências posteriores. De volta ao Brasil, permaneceu em tratamento médico e trabalhou até ser demitido, sem receber as devidas verbas trabalhistas. Alegando que não poderia ser dispensado devido à estabilidade no emprego em decorrência da doença contraída no local de trabalho, pediu a indenização equivalente aos salários do período estabilitário.

[Gestante consegue anular pedido de demissão e terá direito a estabilidade provisória](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/08/2017

Para o relator do recurso da trabalhadora ao TST, ministro José Roberto Freire Pimenta, é incontestoso que a gravidez ocorreu durante o contrato de trabalho. Por outro lado, o artigo 500 da CLT só considera válido o pedido de demissão se homologado por sindicato da categoria ou pelo Ministério do Trabalho. Como isso não ocorreu, a demissão deve ser considerada inválida, ficando assegurada à trabalhadora o direito à estabilidade provisória, nos termos da Súmula 244 do TST.

[Postura ativa para cumprir cota isenta empresa de condenação por dano moral coletivo](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 28/08/2017

Apesar de não ter ainda atingido a cota legal exigida para contratação de pessoas com deficiência, a empresa foi absolvida de indenização por dano moral coletivo porque o número de empregados contratados nessa condição passou de três para 19 em menos de um ano. Essa postura mais ativa a fim de cumprir o percentual determinado pelo artigo 93 da Lei 8.213/91 fez a Oitava Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitar recurso do Ministério Público do Trabalho, que insistia na condenação.

[Taxa de desemprego cai no país](#)

Ministério do Trabalho - 31/08/2017

A taxa de desocupação no Brasil teve queda no trimestre que compreende os meses de maio, junho e julho de 2017. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 12,8% da população economicamente ativa do país encontra-se sem ocupação. No trimestre anterior esse percentual chegava a 13,6%.

[Superintendência realiza evento de atualização sobre o eSocial](#)

Ministério do Trabalho - 31/08/2017

A Superintendência Regional do Trabalho de Sergipe (SRT-SE) realizou nesta quinta-feira (31), em sua sede, um evento de atualização e apresentação de perspectivas do eSocial (Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas). O público-alvo do evento foram os profissionais de escritórios de contabilidade do Estado.

[Programa de Alimentação do Trabalhador estimula contratações de nutricionistas](#)

Ministério do Trabalho - 31/08/2017

O Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), do Ministério do Trabalho (MTb), não apenas promove segurança alimentar para trabalhadores, mas é um importante estímulo a contratações de profissionais de nutrição. Dados do MTb mostram que em agosto deste ano estavam registrados no PAT 24.961 nutricionistas, quase 62% de todos os 40.397 trabalhadores da categoria que constam na Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2015.

[MTb participa de Congresso sobre Segurança e Saúde no Trabalho em Singapura](#)

Ministério do Trabalho - 31/08/2017

O Ministério do Trabalho (MTb) vai participar do 21º Congresso Mundial sobre Segurança e Saúde no Trabalho, de 3 a 6 de setembro, em Singapura. O evento acontece a cada três anos com o objetivo de promover a troca de conhecimento e experiências com profissionais da área e, em 2017, tem como tema “Uma visão global para a prevenção”. Além disso, o MTb participará, no dia 7 de setembro, do Congresso da Associação Internacional de Inspectores do Trabalho, a se realizar também em Singapura.

[Ministério vai promover Dia D de Inclusão de Pessoas com Deficiência](#)

Ministério do Trabalho – 30/08/2017

O Ministério do Trabalho (MTb) vai promover, no próximo dia 29 de setembro, o Dia D de Inclusão de Pessoas com Deficiência (PcDs) e Reabilitados do INSS. A ação vai acontecer em todo o país com o objetivo de inserir essas pessoas no mercado de trabalho. Os eventos serão realizados nas Superintendências Regionais do Trabalho (SRTE's), em parceria com o Sistema Nacional do Emprego (Sine) e órgãos governamentais.

[Fórum de Combate ao Trabalho Infantil lança Cartilha do Adolescente Trabalhador](#)

Ministério do Trabalho – 30/08/2017

Decunho educativo, a cartilha produzida pelas instituições integrantes do Fórum de Erradicação e Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Adolescente Trabalhador (FECTIPA-MG) apresenta, em linguagem simples e acessível, as modalidades existentes de trabalho para os jovens e traz informações e conceitos sobre trabalho infantil e os contratos de Trabalho, de estágio e de aprendizagem. Outro tema retratado pela publicação é a proibição do trabalho doméstico – considerado uma das piores formas de trabalho – aos menores de 18 anos.

[MDS e INSS iniciam convocação dos aposentados por invalidez](#)

Previdência Social - 29/08/2017

O Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) iniciaram, na última sexta-feira (25), o envio das cartas de convocação dos aposentados por invalidez. A previsão é de que as primeiras perícias médicas comecem em setembro. No total, um milhão de segurados serão convocados.

[Ação contra reforma trabalhista é ajuizada no STF](#)

Ministério Público do Trabalho - 31/08/2017

O Supremo Tribunal Federal (STF) recebeu na segunda-feira (28) a ação direta de inconstitucionalidade (ADI 5766) contra o artigo 1º da Lei 13.467/2017, que aprovou a chamada Reforma Trabalhista. Ação foi protocolada pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, por solicitação do procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Fleury. De acordo com a ação, os pontos que alteram ou inserem disposições em artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – Decreto-lei 5.452/1943 – impõem restrições inconstitucionais à garantia de gratuidade judiciária na Justiça do Trabalho.

[Previdência recupera mais de R\\$ 20 mi em ações contra empresas que acidentam](#)

Ministério Público do Trabalho - 31/08/2017

Entre 2014 e 2016, mais de R\$ 20 milhões foram obtidos em ações regressivas ajuizadas pela Advocacia Geral da União contra empresas, com o objetivo de reaver valores gastos com benefícios acidentários pagos pela Previdência Social. Os valores foram destaques na abertura do Seminário do Ambiente Seguro de Trabalho, que contou com a participação do procurador-geral do Trabalho, Ronaldo Curado Fleury.

[MPT destaca leis americanas em audiência pública](#)

Ministério Público do Trabalho - 29/08/2017

O Ministério Público do Trabalho (MPT) destacou pontos da legislação dos Estados Unidos para rebater argumentos favoráveis à reforma trabalhista em audiência pública realizada nesta terça-feira (29), na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) do Senado Federal. O debate faz parte da agenda de audiências públicas da Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho, criada para aprofundar as discussões sobre a reforma trabalhista.

[Estatuto do Trabalho – GT define seminário e discute esboço do texto](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 31/08/2017

Na reunião foram definidas a data e nomes para o seminário que será realizado nos dias 9 e 10 de novembro. Também foram discutidos e sugeridos os convidados para a audiência pública que será realizada no próximo dia 11 de setembro, quando serão debatidos “Princípios da OIT e a Constituição para o trabalho”.

[Condenado empresário que desrespeitou interdição e colocou em risco a vida de trabalhadores](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 31/08/2017

Sentença emitida em 21 de julho pela 9ª Vara de Campinas, do Tribunal Regional Federal da 3ª Região – TRF3, traz a condenação de empresário a três anos de detenção por expor a vida ou a saúde de pessoas a perigo direto e iminente e por exercer atividade com infração de decisão administrativa, de acordo, respectivamente, com os artigos 132 e 205 do Código Penal.

[Audiência CDH: Especialistas relatam experiências negativas de países que adotaram a Reforma Trabalhista](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 30/08/2017

A precarização das relações de trabalho em países que fizeram reformas trabalhistas foi relatada por estudiosos e especialistas da área na audiência que discutiu “Experiências Internacionais de Codificação do Trabalho”, promovida pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado – CDH, nesta terça-feira, 29 de agosto.

Atos Normativos

[Lei n.º 13.420, de 13 de março de 2017](#) (DOU de 1º/09/2017 Seção I Pág.03) - Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para incentivar a formação técnico-profissional de adolescentes e jovens em áreas relacionadas à gestão e prática de atividades desportivas e à prestação de serviços relacionados à infraestrutura, à organização e à promoção de eventos esportivos e dá outras providências.

[Instrução Normativa SIT/MT nº 135, de 31 de agosto de 2017](#) (DOU 1º/09/2017 Seção I Pág. 170) - Dispõe sobre procedimentos para a divulgação e fiscalização do cumprimento da legislação do Programa de Alimentação do Trabalhador - PAT.

[Portaria SIT/MT nº 652, de 30 de agosto de 2017](#) (DOU 1º/09/2017 Seção I Pág. 171) - Altera o Anexo II da Portaria SIT nº 452, de 20 de novembro 2014 (EPI).



QUEIROZ NETO
ADVOCACIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL

Responsável Técnico

Dr. Clovis Veloso de Queiroz Neto
OAB-DF 14.823

(61) 98135-1818

clovis@queirozneto.adv.br
queirozneto.adv.br

(61) 3526-7707

SHVP Rua 8 Chácara 202 Casa 34
CEP: 72006-845 - Brasília-DF